

INSTITUTO DE GESTÃO POR RESULTADOS – IGPR
C.N.P.J 20.288.745/0001-05

Demonstrações contábeis consolidadas
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo

- Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
- Balço patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Social
- Demonstração dos fluxos de caixa
- Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Conselheiros e Administradores do
Instituto de Gestão por Resultados – IGPR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Gestão por Resultados – IGPR (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Gestão por Resultados – IGPR em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, cujos valores são apresentados para fins comparativos, e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a laboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar o instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção



relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 17 de março de 2020.

Gfix Contabilidade Auditoria e Consultoria EIRELI
GO-002833/O

Gutemberg Ferreira de Souza
Contador CRC GO 024473/O-1

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018 (EM REAIS)

| ATIVO | Notas Explicativas | 2019 | 2018 |
|-------------------------------|---------------------------|----------------------|----------------------|
| CIRCULANTE | | 6.951.470,00 | 1.725.704,76 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 6.886.159,71 | 1.032.535,07 |
| Contas a Receber | 5 | 65.310,29 | 693.169,69 |
| NÃO CIRCULANTE | | - | - |
| Imobilizado | 6 | - | 1.848,90 |
| (-) Depreciação | | - | (6,59) |
| (-) Subvenção a apropriar | 7 | - | (1.842,31) |
| ATIVO COMPENSADO | 13 | 62.631.316,79 | 83.498.382,58 |
| TOTAL DO ATIVO | | 69.582.786,79 | 85.224.087,34 |
| PASSIVO | Notas Explicativas | 2019 | 2018 |

| | | | |
|---------------------------------|-----------|----------------------|----------------------|
| CIRCULANTE | | 533.309,21 | 76.536,27 |
| Fornecedores de Bens e Serviços | 8 | 337.508,99 | 67.847,50 |
| Obrigações Tributárias | 9 | 59.253,72 | 8.688,77 |
| Obrigações Trabalhistas | 10 | 90.133,55 | - |
| Outras Contas a Pagar | 11 | 5.121,61 | - |
| Provisões | 12 | 41.291,34 | - |
| NÃO CIRCULANTE | | - | - |
| PATRIMÔNIO SOCIAL | | 6.418.160,79 | 1.649.168,49 |
| Patrimônio social | | - | - |
| Superávit/Déficit acumulado | | 6.418.160,79 | 1.649.168,49 |
| PASSIVO COMPENSADO | 13 | 62.631.316,79 | 83.498.382,58 |
| TOTAL PASSIVO | | 69.582.786,79 | 85.224.087,34 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018 (EM REAIS)

| DESCRIÇÃO | Notas Explicativas | 2019 | 2018 |
|---------------------------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|
| RECEITAS OPERACIONAIS | | (19.846.820,72) | (2.492.265,20) |
| Com Restrição | 14 | (19.232.967,46) | (2.471.175,15) |
| Programa (Atividades) de Saúde | 14.1 | (19.053.410,67) | (2.467.603,79) |
| Rendimentos Financeiros | 14.2 | (179.556,79) | (3.571,36) |
| Sem Restrição | 15 | (613.853,26) | (21.090,05) |
| Receitas de Serviços Prestados | | (603.502,36) | - |
| Contribuições e Doações Voluntárias | | (10.187,40) | (21.090,05) |
| Outros Recursos Recebidos | | (163,50) | - |
| CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS | | 12.886.758,21 | 685.415,46 |
| Com Programas (Atividades) | | 12.886.758,21 | 685.415,46 |
| Saúde | 16 | 12.886.758,21 | 685.415,46 |
| RESULTADO BRUTO | | (6.960.062,51) | (1.806.849,74) |



| | | | |
|---------------------------------------|-----------|-----------------------|-----------------------|
| DESPESAS OPERACIONAIS | 17 | 2.191.070,21 | 158.393,42 |
| Impostos e Taxas | | 78.887,47 | 3.510,28 |
| Serviços Gerais | | 1.991.438,91 | 154.883,14 |
| Outras Despesas | | 120.743,83 | - |
| SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO | 18 | (4.768.992,30) | (1.648.456,32) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018(EM REAIS)

| EVENTOS | Notas Explicativas | Patrimônio Social | Superávit / Déficit Acumulado | TOTAL |
|--|--------------------|-------------------|-------------------------------|-----------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | | - | (1.649.168,49) | (1.649.168,49) |
| Superávit/Déficit do exercício de 2019 | 18 | - | (4.768.992,30) | (4.768.992,30) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | | - | (6.418.160,79) | (6.418.160,79) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018 MÉTODO DIRETO (EM REAIS)

| DESCRIÇÃO | 2019 | 2018 |
|---|----------------------|---------------------|
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | | |
| Recursos Recebidos | 13.061.844,27 | 1.136.844,78 |
| Entidades Governamentais | 12.913.219,56 | 1.118.223,42 |
| Entidades Privadas | - | - |
| Doações e Contribuições Voluntárias Próprios | - | 15.050,00 |
| Rendimentos Financeiros Líquido | 148.624,71 | 3.571,36 |
| Pagamentos Realizados | 7.208.219,63 | 103.601,98 |
| Pagamento de Fornecedores de Materiais e Serviços | 6.551.665,95 | 91.550,93 |
| Pagamento de Salários e Encargos Sociais | 275.873,65 | 9.790,20 |
| Pagamento de Contribuições Sociais, Tributos e Taxas | 324.731,32 | 1.430,48 |
| Pagamentos de despesas administrativas e operacionais | 51.592,71 | 830,37 |
| Pagamento de Despesas Financeiras | 4.356,00 | - |
| (=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais | 5.853.624,64 | 1.033.242,80 |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento | - | - |
| Recursos Recebidos pela Venda de Bens | - | - |
| Outros Recebimentos por Investimentos Realizados | - | - |

| | | |
|--|---------------------|---------------------|
| Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo | - | (1.848,90) |
| (=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento | - | (1.848,90) |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento | - | - |
| Recebimentos de Empréstimos | - | - |
| Outros Recebimentos por Financiamentos | - | - |
| Pagamentos de Empréstimos | - | - |
| Pagamentos de Arrendamento Mercantil | - | - |
| (=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento | - | - |
| (=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa | 5.853.624,64 | 1.031.393,90 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período | 1.032.535,07 | 1.141,17 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período | 6.886.159,71 | 1.032.535,07 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE GESTÃO POR RESULTADOS – IGPR
CNPJ: 20.288.745/0001-05
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O INSTITUTO DE GESTÃO POR RESULTADOS - IGPR é uma Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, fundado em 29 de abril de 2014, com sede e foro em Goiânia, Estado de Goiás.

O Instituto tem finalidade de apoiar e desenvolver ações de assistência social, atividades de cultura, atividades de educação, incluída a profissional e tecnológica, ações de gestão em desenvolvimento tecnológico, de atendimento ao público, de serviços sociais e auxiliares em unidades prisionais, integração social de menor infrator e garantia de seus direitos individuais e sociais, atividade de pesquisas científica, proteção e preservação do meio ambiente, esporte e lazer e gestão em saúde nas unidades de saúde e atividades administrativas de saúde, sendo tais ações de natureza social e sem finalidade econômica.

Ressalta-se que o Instituto não remunera nem concede vantagens, benefícios, bonificações, participações em resultados ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, por qualquer título, a diretores, associados, conselheiros, benfeitores ou equivalentes.

Em 2016, o Instituto foi qualificado como Organização Social de Saúde (OS), no âmbito do Estado de Goiás, pelo Decreto Estadual nº. 8.636 de 28 de abril de 2016.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras consolidadas, cuja conclusão foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração em **09 de janeiro de 2020**, abrangem todas as operações do Instituto de Gestão Por Resultados -IGPR, foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento da ITG 1000, essência sobre a forma e Norma Brasileira de Contabilidade TG 1000 – Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC 1.255/2009, cujas sínteses estarão demonstradas a seguir:

2.2 BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da entidade são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua ("moeda funcional"), que no caso do Instituto de Gestão de Por Resultados – IGPR é o Real ("BRL" ou "R\$"). Para fins de apresentação, estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais.

2.4 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, quando existentes, estoques e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas vêm sendo seguidas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário.

(b) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Em 31 de dezembro de 2019, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados basicamente por fornecedores de materiais e de serviços, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

3.2 ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e do intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação ou amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável.

O Instituto de Gestão Por Resultados -IGPR, por meio do contrato de gestão nº 098/2018 SES-GO, administra o CRE e todos os bens adquiridos com recursos do contrato. Conforme orientação da SES-GO em seu ofício nº 2635/2020 esses bens deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás – SES-GO. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.

(b) Depreciação/Amortização

As depreciações/amortização são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens. Contudo, a depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, deixou de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, conforme orientação da SES-GO em seu ofício nº 2635/2020 em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto de Gestão Por Resultados-IGPR, mas, sim, do Estado de Goiás.

3.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL ("IMPAIRMENT")

O valor contábil do ativo imobilizado é revisado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo, conforme orientação da SES-GO em seu ofício nº 2635/2020, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão 098/2018, deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Para o exercício de 2019, não foram identificados indícios de perdas para os valores registrados no ativo imobilizado.

3.4 ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio de aquisição e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais de escritório, higiene, limpeza e materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames, sendo no curso do ano 2019 os materiais consumidos em sua totalidade.

3.5 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação.

3.6 APURAÇÃO DE SUPERÁVIT OU DÉFICIT

Na apuração do superávit ou déficit do exercício aplica-se o regime de competência para o reconhecimento das receitas e das despesas. O Instituto reverte integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.

3.7 APURAÇÃO DO RESULTADO

Os Superávit e Déficit são reconhecidas, mensalmente, respeitando os Princípios de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento em resultado.

3.8 TRIBUTAÇÃO

O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto, sobre o superávit, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha. O valor apurado é recolhido mensalmente.

3.9 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.10 CONTAS A RECEBER

O saldo de contas a receber decorrente dos contratos de gestão está apresentado pelo custo dos valores pactuados nos contratos e aditivos reconhecidos e não recebidos até a data das demonstrações contábeis, líquido das estimativas de perdas.

3.11 FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.12 ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

O IGPR, por ser uma entidade de interesse social e sem fins lucrativos, é isento do recolhimento de impostos e contribuições. A isenção tributária do Instituto inclui o Imposto de Renda (IR), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de atos próprios.

O Instituto também não está sujeito ao recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), exceto no caso das retenções efetuadas de acordo com o Código Tributário Municipal.

Os recolhimentos do INSS patronal, do FGTS e do PIS ocorrem normalmente sobre a folha de pagamento, sendo a alíquota do PIS determinada em 1% das verbas da folha sujeita à incidência.

3.13 SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

Subvenção governamental é uma assistência do governo na forma de transferência de recursos para a entidade em troca de cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade.

As subvenções governamentais são reconhecidas da seguinte forma:

- I) A subvenção que não impõe condições de desempenho futuro sobre a entidade recebedora é reconhecida como receita quando os valores da subvenção forem líquidos e certos;
- II) A subvenção que impõe determinada condição de desempenho futuro sobre a entidade é reconhecida como receita apenas quando as condições de desempenho forem atendidas;
- III) As subvenções recebidas antes dos critérios de reconhecimento de receitas serem satisfeitos são reconhecidas no passivo, ou no ativo deduzindo o valor contábil do ativo relacionado. A entidade mensura as subvenções pelo valor justo do ativo recebido ou recebível.

As subvenções governamentais estão, em grande parte, apresentadas reduzindo o valor contábil do ativo relacionado, de acordo com as disposições do item 24, da NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, que diz: "A subvenção governamental relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, ou deduzindo o valor contábil do ativo relacionado". Essa apresentação é adotada pelo Instituto, por acreditar que ela oferece informações mais relevantes sobre o evento, consoante letra b, do item 14, da NBC TG 23 (R2) – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

Ressalta-se que são registrados no passivo em rubrica de subvenção a apropriar os valores estimados de metas a realizar e também de eventos contingenciais para os quais não é possível constituir despesas segundo as diretrizes da NBC TG 25 (R2) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

3.14 GESTÃO DE RISCOS

As atividades do IGPR o expõem a diversos riscos, para tanto, estes são regularmente monitorados a fim de avaliar os impactos sobre os seus resultados. A administração do Instituto examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento dos riscos incluindo os procedimentos e práticas aplicadas no controle dos mesmos. A seguir a conceituação dos principais riscos inerentes às atividades do Instituto.

(a) RISCO DE LIQUIDEZ

Este tipo de risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função da ausência de ativos de liquidez imediata suficientes para a cobertura dos passivos imediatos.

(b) RISCO DE CREDITO

Refere-se à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos.

(c) RISCO LEGAL

Está associado às perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de Ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o total de caixa e equivalentes de caixa, com restrições, era composto da seguinte forma:

| DESCRIÇÃO | 2019 | 2018 |
|----------------------------|---------------------|---------------------|
| Caixa - Fundo fixo | 0,00 | 994,22 |
| Bancos | 16,97 | 1.345,71 |
| Aplicações financeiras (a) | 6.886.142,74 | 1.030.195,14 |
| TOTAL | 6.886.159,71 | 1.032.535,07 |

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis e aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor com prazo e vencimento determinado conforme modelo de aplicação.

(a) A aplicação financeira é a rubrica que apresenta valores mais relevantes neste grupo de contas, que são remuneradas a taxas de mercado. Esse saldo consiste em valor de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

Cada recurso recebido, em razão do convênio, é alocado em conta corrente que foram criadas especificamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Porém, o IGPR é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação.

5. CONTAS A RECEBER

| DESCRIÇÃO | 2019 | 2018 |
|-------------------------------------|-----------|------------|
| Subvenções Governamentais a Receber | 65.310,29 | 693.169,19 |

| | | |
|--------------|------------------|-------------------|
| TOTAL | 65.310,29 | 693.169,19 |
|--------------|------------------|-------------------|

O saldo de contas a receber decorrente do contrato de gestão está apresentado pelo custo dos valores pactuados nos contratos e aditivos reconhecidos e não recebidos até a data das demonstrações contábeis, líquido das estimativas de perdas conforme demonstrado abaixo:

| Ano | Valor da Subvenção | Glosas SES/GO | Subvenção Recebida | Subvenção a Receber |
|------|--------------------|---------------|--------------------|---------------------|
| 2018 | 2.469.446,10 | 658.052,99 | (1.746.082,82) | 65.310,29 |
| 2019 | 19.192.556,72 | 6.279.337,16 | (12.913.219,56) | - |

6. IMOBILIZADO

Conforme Nota 3.2 os saldos de Ativo imobilizado foram transferidos para os grupos de Ativo Compensado e Passivo Compensado, pelo valor histórico, levando em consideração, conforme orientação da SES-GO em seu ofício nº 2635/2020, onde toda aquisição deve ser reconhecida em conta de resultado, uma vez que o bem não pertence ao Gestor do CRE. Os bens adquiridos com recursos do contrato de Gestão estão demonstrados na Nota 13 letras "a" e "b".

7. SUBVENÇÕES A APROPRIAR

Conforme Nota 3.2, os saldos de Ativo Imobilizado foram transferidos para os grupos de Ativo Compensado e Passivo Compensado, pelo valor histórico, levando, conforme orientação da SES-GO em seu ofício nº 2635/2020, onde toda aquisição deve ser reconhecida em conta de resultado, uma vez que o bem não pertence ao Gestor do CRE. Os bens adquiridos com recursos do contrato de Gestão estão demonstrados na Nota 13 letras "a" e "b". Desta forma, este grupo de conta deixou de existir.

8. FORNECEDORES

| DESCRIÇÃO | 2019 | 2018 |
|-------------------------------|-------------------|------------------|
| Fornecedores de materiais (a) | 19.419,72 | - |
| Fornecedores de serviços (b) | 318.089,27 | 67.847,50 |
| TOTAL | 337.508,99 | 67.487,50 |

(a) Os fornecedores de materiais são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria de insumos e materiais necessários a atividade operacional da unidade.

(b) Os fornecedores de serviços são decorrentes da contratação de prestadores de serviços externos para executar atividades operacionais e administrativas na gestão da unidade em atendimento ao contrato de gestão 098/2018 – IGPR/CRE.

9. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

| DESCRIÇÃO | 2019 | 2018 |
|-------------------------------------|------------------|-----------------|
| IRRF s/ salários a recolher | 11.365,08 | - |
| IRRF s/ RPA a recolher | 3.079,00 | 1.709,86 |
| IRRF COD 1708 a recolher | 7.874,74 | 1.079,50 |
| PIS/COFINS/CSLL COD 5952 a recolher | 26.215,76 | 5.399,41 |
| ISS s/ RPA a recolher | 850,00 | 500,00 |
| INSS retido s/ NF a recolher | 9.762,30 | - |
| IRRF retido s/ Aluguel a Recolher | 106,84 | - |
| TOTAL | 59.253,72 | 8.688,77 |

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

| DESCRIÇÃO | 2019 | 2018 |
|------------------------------|------------------|----------|
| Salários e ordenados a pagar | 54.942,96 | - |
| RPA a pagar | 1.680,00 | - |
| INSS a recolher | 26.215,42 | - |
| FGTS a recolher | 6.383,87 | - |
| PIS s/ folha a recolher | 911,30 | - |
| TOTAL | 90.133,55 | - |

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

| DESCRIÇÃO | 2017 | 2018 |
|-------------------|-----------------|----------|
| Aluguel a Pagar | 2.446,58 | - |
| Telefones a Pagar | 2.675,03 | - |
| TOTAL | 5.121,61 | - |

12. PROVISÕES

| DESCRIÇÃO | 2019 | 2018 |
|-------------------------|------------------|----------|
| Provisão de Ferias | 30.700,00 | - |
| Provisão FGTS de Ferias | 2.455,83 | - |
| Provisão INSS de Ferias | 7.828,51 | - |
| Provisão PIS S/Ferias | 307,00 | - |
| TOTAL | 41.291,34 | - |

Por exigência do contrato de gestão nº 098/2018, e realizado a evidenciação dos valores para cobrir as provisões trabalhistas de férias dos colaboradores do Instituto, bem como os encargos que poderão incorrer ao termino do contrato.

13. ATIVO/PASSIVO COMPENSADO

O grupo de contas do Ativo e Passivo compensado destina-se a controlar:

- (a) Os bens patrimoniais recebidos da SES-GO no início da gestão do CRE; e
- (b) Os bens patrimoniais adquiridos com recurso do Contrato de Gestão
- (c) A execução do Contrato de Gestão 098/2018.

| (a) BENS CEDIDOS SES-GO | 2019 | 2018 |
|--|-------------------|---------------|
| Computadores e Periféricos | 102.982,55 | 91,00 |
| Máquinas e Equipamentos de Escritório | 12.279,70 | 11,00 |
| Moveis e Utensílios | 2.941,80 | 14,00 |
| Móveis de Utensílios de Escritório | 100.080,03 | 128,00 |
| Equipamentos Telefônicos | 230,80 | 8,00 |
| Bens de Pequeno Valor | 951,5 | 19,00 |
| Subtotal | 219.466,38 | 271,00 |
| (b) BENS ADQUIRIDOS COM RECURSO DO CONTRATO DE GESTÃO SES-GO | 2019 | 2018 |
| Computadores e Periféricos | 11.842,00 | - |
| Máquinas e Equipamentos | 26.029,90 | - |
| Moveis e Utensílios | 8.481,20 | - |



| | | |
|--|----------------------|----------------------|
| Equipamentos Telefônicos em Comodato | 14.559,00 | - |
| Subtotal | 60.912,10 | - |
| (c) SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS | | |
| | 2019 | 2018 |
| Contrato de Gestão 098/2018 - CRE SES/GO | 62.350.938,31 | 83.498.111,58 |
| Subtotal | 62.350.938,31 | 83.498.111,58 |
| TOTAL | 62.631.316,79 | 83.498.382,58 |

14. RECEITAS OPERACIONAIS COM RESTRIÇÃO

| DESCRIÇÃO | 2019 | 2018 |
|-----------------------------------|----------------------|---------------------|
| Programa Atividades de Saúde 14.1 | (19.053.410,67) | (2.467.603,79) |
| Rendimentos Financeiros 14.2 | (179.556,79) | (3.571,36) |
| TOTAL | 19.232.967,46 | 2.471.175,15 |

14.1 Receita de Subvenção Realizada em razão da execução do Contrato de Gestão - CG 098/2018, firmado com SES-GO – Secretaria Estadual de Saúde de Goiás.

14.2 Rendimentos Financeiros provenientes da aplicação dos recursos recebidos do Contrato de Gestão 098/2018.

15. RECEITAS OPERACIONAIS SEM RESTRIÇÃO

| DESCRIÇÃO | 2019 | 2018 |
|-------------------------------------|---------------------|--------------------|
| Receita de Serviços Prestados | (603.502,36) | - |
| Contribuições e Doações Voluntárias | (10.187,40) | (21.090,05) |
| Outros Recursos Recebidos | (163,50) | - |
| TOTAL | (613.853,26) | (21.090,05) |

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

| DESCRIÇÃO | 2019 | 2018 |
|--|----------------------|-------------------|
| Custos c Pessoal | 332.161,72 | - |
| Provisões Trabalhistas | 66.794,01 | - |
| Custos Gerais C/ Atividade de Saúde | 5.705.738,25 | 27.355,88 |
| Bens Adquiridos com recursos do contrato de Gestão | 46.353,10 | - |
| Despesas c/ Glosas SES/GO | 6.735.711,13 | 658.052,99 |
| Depreciação | - | 6,59 |
| TOTAL | 12.886.758,21 | 685.415,46 |

17. DESPESAS OPERACIONAIS

| DESCRIÇÃO | 2019 | 2018 |
|------------------|---------------------|-------------------|
| Impostos e Taxas | 78.887,47 | 3.510,28 |
| Serviços Gerais | 1.991.438,91 | 154.883,14 |
| Outras Despesas | 120.743,83 | - |
| TOTAL | 2.191.070,21 | 158.393,42 |

18. SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO

| DESCRIÇÃO | 2019 | 2018 |
|-----------|------|------|
|-----------|------|------|



| | | | |
|--------------|-------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| (+) Receitas | Com Restrição | (19.232.967,46) | (2.471.175,15) |
| (+) Receitas | Sem Restrição | (613.853,26) | (21.090,05) |
| (-) Custos | Com Programas (Atividades) de Saúde | 12.886.758,21 | 685.415,46 |
| (-) Despesas | Operacionais | 2.191.070,21 | 158.393,42 |
| TOTAL | | (4.768.992,30) | (1.648.456,32) |

Em 2019 o Instituto apurou um Superávit no valor de R\$4.768.992,30 (Quatro milhões setecentos e sessenta e oito mil novecentos e noventa e dois reais e trinta centavos). Como determina a legislação vigente e às normas contábeis, o valor do superávit ou déficit do exercício é incorporado ao Patrimônio Social da instituição. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, é reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido, quando aplicável.

19. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

Até 31 de dezembro de 2019 o Instituto não é parte envolvida em processos tanto na esfera administrativa como na judicial, desta forma não foram constituídas quaisquer provisões baseadas na expectativa de seus consultores legais e apoiadas pela administração.

20. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Instituto de Gestão Por Resultados – IGPR, órgão central de controle do Instituto, não sendo contratados outros serviços a não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de dezembro de 2019 até a data de realização da auditoria, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

22. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 09 de janeiro de 2020, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos, até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

Goiânia, 11 de março de 2020.

KELIA ROSA DA SILVA ASSUNÇÃO
PRESIDENTE
CPF: 529.483.581-91

WALLISSON PEREIRA DOS SANTOS
CRC: 018601/O-8
CPF: 004.397.351-57